NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 29/05/2015 - Edição 1282

Movimento paredista no Chile chega ao 22° dia sem avanço nas negociações

Militantes querem Acordo Coletivo justo e melhorias nas condições de trabalho

Os vigilantes chilenos das empresas Brinks e Prosegur completam 21 dias de greve nessa sexta-feira (29). Após tentarem negociar melhorias nos salários e condições de trabalho com os patrões, os trabalhadores decidiram cruzar os braços para pressionar as empresas a aprovarem um Acordo Coletivo que realmente fosse benéfico para a categoria.

Nas primeiras tentativas de negociação, os vigilantes pediram aumento de 10% nos salários. Levando em consideração que a inflação do país está em 4%, o ganho real desse aumento seria de 6%. As empresas chegaram a considerar aumento de 6%, mas tendo em vista que o reajuste não é a única pauta dos trabalhadores, as negociações não avançaram mais e agora a proposta das empresas é de 0% de reajuste salarial.

ainda não teve resposta e atualmente a proposta de reajuste voltou a 0%.

"Não é só uma questão de salário, esses vigilantes querem condições humanas de trabalho, querem respeito, uma vida digna, paridade nas bonificações como auxílio alimentação, querem ser sindicalizados sem sofrer perseguição! Por isso participamos da caminhada dos vigilantes chilenos, representando a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV). Acreditamos que é da unidade que vem a força para que esses trabalhadores consigam garantir seus direitos e avanços", explica o diretor de Relações Internacionais da CNTV, Adriano Linhares.

Entenda o caso

A empresa Prosegur é alvo de inúmeras campanhas contra a violação de direitos em toda a América Latina e em partes da Europa. A pesar de ter tido 159 milhões de euros de lucros ao longo do ano de 2014, a empresa se nega a pagar salários compatíveis para seus trabalhadores e persegue líderes sindicais, além de extrapolar os horários de jornada de trabalho, deixar de conceder o descanso para vigilantes que cumprem jornada 12x36 e uma série de outras práticas anti sindicais.

Ao longo da greve dos trabalhadores do Chile, a polícia agiu de forma repressora, prendendo e agredindo vigilantes que estavam se manifestando pacificamente. Para dar visibilidade ao movimento, os manifestantes organizaram uma série de protestos e atos políticos.

"A CNTV apoia integralmente a greve dos companheiros no Chile e reconhece a legitimidade de suas reivindicações. Desejamos que o impasse seja resolvido e que os trabalhadores consigam um Acordo Coletivo decente, que realmente atenda a suas necessidades", explica o presidente da CNTV, José Boaventura Santos.

Mande seu apoio aos trabalhadores do Chile! Basta escrever uma mensagem de solidariedade ao movimento grevista e enviar para os e-mails: *cristianaguilera.z@gmail.com / hugomunozperez@yahoo.es*

Fonte: Diário La Nación/ CNTV

Após golpe de Cunha, Câmara aprova financiamento privado

Contrários ao financiamento empresarial de campanha, deputados manifestam sua opinião a pesar das manobras do presidente da Casa

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deu um golpe e conseguiu aprovar a constitucionalização do financiamento empresarial de campanha. Foram 330 votos favoráveis, 141 contra e 1 abstenção.

Agora, com o modelo aprovado, as empresas doam exclusivamente para os partidos políticos, que farão a partilha entre os candidatos. Os políticos poderão receber doação direta somente de pessoas físicas. O limite de contribuição será determinado por lei.

O processo

Sem qualquer pudor, logo na abertura da sessão, por volta das 16h, Cunha anunciou que colocaria o financiamento privado para ser votado. O ato foi entendido como manobra, já que o financiamento empresarial fora rejeitado no dia anterior. Os parlamentares favoráveis ao uso de recursos de empresas afirmaram que o que fora rejeitado era o financiamento a candidatos e o que entrava em votação naquele memento era a doação de recursos privados aos partidos. Golpe.

Parlamentares do PT, Psol e PCdoB protestaram contra o segundo turno proposto pelo presidente da Casa.

"Nós não entendemos que pode haver reversão sobre o que a Casa decidiu. Mudar o sistema de forma abrupta, colocando em risco o futuro do País, é um erro absurdo", afirmou o deputado federal Sibá Machado (PT-AC), líder da bancada petista na Câmara.

Chico Alencar (PSOL-RJ) protestou e lembrou do ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), preso na manhã desta quarta-feira (27) por corrupção. "Essa votação é antirregimental. É um jogo extra, à lá José Maria Marin. Vai se constituir os partidos S.A., o partido da Friboi, da Odebrecht e dos bancos". Ao seu lado, o também deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) gritou: "É uma marmelada."

A doação de empresas para campanhas e a manobra de Cunha geraram críticas da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RS). "Isso não é aceitável em nenhuma democracia do mundo. Pessoa jurídica não vota e não deve participar do processo eleitoral", afirmou a parlamentar.

O golpe

O presidente da Câmara dos Deputados driblou um acordo que fez no colégio de líderes com os partidos e colocou em votação, nesta quarta-feira (27), a constitucionalização das doações de empresas aos partidos.

Na última terça-feira (26), horas antes de sofrer uma derrota acachapante na Câmara, Cunha se reuniu com lideranças dos partidos e decidiram que seria feita uma única votação sobre financiamento privado, sem desmembrá-la, ou seja, sem analisar a doação direta para candidatos ou para partidos.

O recuo guarda uma especial ligação com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Superior Tribunal Federal (STF).

O julgamento foi interrompido no dia 2 de abril de 2014, quando Gilmar Mendes pediu vista do processo e a sessão foi suspensa. Nesta data, o processo já havia recebido seis votos favoráveis e um contrário, ou seja, maioria configurada.

Fonte: CUT e Agências

Albatroz fecha as portas por contratar Policiais Militares como vigilantes

Por contratar Policiais Militares sem curso de formação para realizar o trabalho de vigilante, a empresa de segurança privada Albatroz/ São Paulo fechou as portas no último dia 15.

A decisão do Ministério da Justiça é apoiada pela Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) , que entende que a segurança pública e a segurança privada devem ser diferenciadas para melhor funcionamento de ambas.

A Comissão entende também que o Policial Militar usa uma série de aparatos do estado, como equipamento, veículo, uniforme, e outros que devem estar à disposição da segurança pública, inclusive para a própria proteção dos trabalhadores da segurança privada.

Fonte: CNTV

Senado aprova primeira MP do ajuste fiscal

Medida endurece as regras para a concessão do seguro-desemprego, do seguro-defeso e do abono salarial

Após quase cinco horas de discussão, o Senado aprovou nesta terça-feira 26 o Projeto de Lei de Conversão 3/2015, decorrente da Medida Provisória 665/2014. O texto, uma das MPs do ajuste fiscal, endurece as regras para a concessão doseguro-desemprego, do seguro-defeso e do abono salarial. Agora, o projeto segue para a sanção da presidenta Dilma Rousseff.

A aprovação foi marcada por muitas críticas ao texto, até mesmo entre alguns governistas. A sessão chegou a ser suspensa em razão de manifestações nas galerias. A duração do processo também se estendeu porque senadores contrários à medida usaram todas as oportunidades disponíveis para falar contra o texto e tentaram manobras para atrasar a votação e tentar a rejeição da matéria.

Grande parte das críticas se concentrou no ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Os senadores também lembraram o fato de o governo basear o ajuste fiscal em medidas que prejudicam os trabalhadores, apesar de, na campanha eleitoral de 2014, a presidente Dilma Rousseff ter afirmado que não faria isso. “O Partido dos Trabalhadores hoje trai a sua essência, a sua criação, a defesa do que batalhou a vida inteira. Eu não faço parte disso”, disse a senador Marta Suplicy, que deixou o PT.

A aprovação foi marcada por muitas críticas ao texto, até mesmo entre alguns governistas

Apesar das críticas, os senadores rejeitaram todos os destaques, pontos do texto votados separadamente. No total, foram onze pedidos de votação em separado. A maior parte tratava de alterações nas mudanças propostas para o seguro-desemprego. Outros buscavam a manutenção das atuais regras de abono salarial e também do seguro-defeso, concedido a pescadores.

Abono salarial

O destaque em que se esperava maior discussão era o que tratava do abono salarial. De acordo com a proposta, só teria direito ao abono no valor de um salário mínimo quem tivesse trabalhado pelo menos três meses no ano anterior. Quem trabalhasse menos, teria direito a um valor proporcional. Atualmente, a lei exige 30 dias de trabalho para o recebimento ao benefício integral.

Durante a votação, o líder do PMDB, senador Eunício Oliveira (CE), afirmou que votaria a favor da medida porque o governo se comprometeu a vetar a parte do texto que prevê a exigência de noventa dias de trabalho para a obtenção do abono. Não houve, entanto, compromisso de veto sobre a proporcionalidade no pagamento.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), João Capiberibe (PSB-AP) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) alegaram que a mudança no abono salarial é inconstitucional. O principal argumento é de que a Constituição garante explicitamente o pagamento de "um salário mínimo", não de parte dele.

"Com a medida proposta pelo Governo do PT, agora esse abono será pago à proporção dos meses trabalhados, o que fere, de forma literal, o preceito constitucional. Está lá escrito com todas as letras: pagamento de um salário mínimo. Não se fala em pagamento proporcional", argumentou Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O senador José Agripino (DEM-RN) garantiu que, em caso de aprovação do texto, seu partido recorreria ao Supremo Tribunal Federal alegando a inconstitucionalidade do texto.

Política

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que as medidas de ajuste fiscal do governo se baseiam no aumento da carga tributária e retirada de direitos dos trabalhadores. Para ele, o governo dificulta a concessão de benefícios aos trabalhadores no momento em que o desemprego aumenta "de maneira assustadora" no Brasil.

"Não há como votar a favor desta medida, que ocorre exatamente num momento em que, em razão do desemprego, as organizações sindicais, os sindicatos e as centrais sindicais se encontram, evidentemente, enfraquecidas pela relação desigual entre o trabalho e o capital", lamentou o tucano.

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou as medidas do ajuste fiscal e disse que o plano só tem sentido se o objetivo for desmoralizar governos de esquerda. Para ele, ao aprovar o texto, o Legislativo e o Executivo renunciam às suas prerrogativas, transferem suas funções ao mercado e realizam o ideal neoliberal do Estado mínimo.

"Não ao reajuste-Levy. Não à recessão e ao desemprego. Não à prevalência dos interesses do mercado sobre a ventura de vida dos brasileiros. Não à precarização do trabalho. Não à precarização da democracia", defendeu o senador.

Randolfe Rodrigues, por sua vez, afirmou que o caminho de política econômica proposto pelo ministro da Fazenda, está a serviço do capital financeiro e contra os interesses dos trabalhadores. Para ele, o ministro aprendeu este caminho com a escola neoliberal. "Esse caminho escolhido pelo Governo não é nem sequer o caminho que foi apontado pelo povo brasileiro no segundo turno das eleições, que disse "não" a esse tipo de política econômica. O Ministro Levy está desconectado do sentido real das urnas, está desconectado, concretamente, do rumo que o País precisa seguir."

Ministro

Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), aprovar a medida não engrandece e nem dignifica o Senado. O senador se disse surpreso por ter de subir à tribuna e falar contra um governo que sempre apoiou. Ele reproduziu críticas ao ministro ministro Levy, que, segundo seu relato, é chamado nas ruas de "vampiro do CTI". "Eu pediria que o Ministro da Fazenda, num momento crítico como este, em que atingimos o paroxismo da nossa dificuldade, o vértice das nossas aflições econômicas, pudesse se inspirar nos exemplos de patriotismo e de solidariedade e buscasse novos caminhos, mas não colocasse o peso na classe trabalhadora. Isso não é justo".

Magno Malta (PR-ES), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticaram, ainda, os cortes no orçamento em áreas como saúde e educação. Apesar de discordarem das medidas do ajuste, Malta e Caiado disseram que a principal culpa é não é do ministro, e sim da presidente Dilma Roussef, que não se mostra coerente com seu discurso anterior. "Ele sempre pregou isso. Ele sempre falou isso. Ele nunca saiu da posição dele. Quem está desconectada é a Dilma. Ela é que saiu da posição dela", acusou Magno Malta.

Ajuste

Senadores também sugeriram que o ajuste adequado incluiria, por exemplo cortes da máquina pública. Ronaldo Caiado criticou o excesso de gastos com os grandes eventos esportivos em detrimento de áreas essenciais para a população. Já Aécio Neves (PSDB-MG) defendeu cortes nos ministérios. "O ajuste do PSDB, passaria, em primeiro lugar, pela racionalização da máquina pública neste Brasil, para acabarmos com esse acinte, essa vergonha de termos quase 40 ministérios e dezenas de milhares de cargos".

O líder do PT, Humberto Costa, pediu um voto de confiança no ajuste fiscal, que classificou como a base para a retomada do projeto de governo. Em resposta às críticas dos senadores, lembrou que o governo já editou uma medida provisória (MP675/2015) que eleva a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) dos bancos de 15% para 20%. O senador disse que quer ver a reação dos oposicionistas quando o governo tentar taxar os impostos sobre grandes fortunas.

"Outras medidas virão para taxar grandes fortunas, grandes heranças, aí eu quero ver os defensores dos trabalhadores que vieram aqui hoje nos atacar defenderem os seus pontos de vista da mesma maneira."

Fonte: Agência Senado

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Responsável: Marina Maria Silva Santos
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF